

Redes afro-indígenas: uma análise de trajetórias acadêmicas através de um olhar intercultural

Letícia Jôkàhkwyj Krahô¹

Marta Quintiliano²

Vabessa Fonte Oliveira³

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar trajetórias acadêmicas de alunas de ações afirmativas, que concluíram o mestrado no ano de 2019 em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Dessa forma, o texto aborda os principais desafios, dificuldades, as relações de exclusão e situação de permanência, saída e marginalização presentes em suas vivências na universidade, bem como, a consolidação de redes de afeto que atuam como um instrumento de luta e resistência das estudantes. Sendo assim, este trabalho se desenvolveu através da descrição de três trajetórias de mulheres acadêmicas (uma indígena, uma negra quilombola e uma negra). Ademais, o trabalho aborda conceitos teóricos fundamentais para dialogar com as reflexões de redes e interculturalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias. Redes afro-indígenas. Ações Afirmativas. Permanência.

Mê ikrê cahhaj te amjapanxà né ampô pupunxà

INCRIXÀ

Mê jô ihcahhôt itâ wa mê icaahaj krê nê itê mê ihcakên, wa mê jôhkopir xà, mê ipê mehî, mâ cupêkwyjtuc rê peakrut, wa ihakênxà ita mã mê ixar Pós-graduaçãoem Antropologia Social 2019 nã Universidade Federal de Goiás (UFG), kãm. Ita kôt wa mê ampô jakrekeat ita kôt mã ahkjê, kãm faculdade ita Kãm mã ampô kwà keanrê mã p amã, kôt mã ityj itê ihcakêt, cupê kwá hexi mã ikwá jôkajrên quê ihtaj mê ikrâ cajpà. Ita kôt mã mê ihcakôt ita japrepej caxwu, nê ihkôt mê ikwá mã amô kwà tô hacrepej nê pa paxy tô itar tô ihtyj quê nê cupê mê pa cator naré, ihkôt mã wa itáj mê icakôk.

PALAVRAS-CHAVES: Mê imôrxà, mê pa tyjxà@cupêtu rê mehî, Mê pa tô impejxá.

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: carpenubuntu@gmail.com.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: carpemubuntu@gmail.com.

³ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: nesshalp@hotmail.com.

Introdução

E quando os outros somos nós? Essa questão permeia várias reflexões tanto de cunho antropológico como das ciências humanas em geral. Somos mulheres, negras, indígenas e negras quilombolas, traçamos outros caminhos possíveis para exteriorizar nossas demandas e lutas cotidianas.

A universidade foi o espaço em que nos conhecemos, no entanto, nossas vivências ampliaram as fronteiras universitárias. Hoje somos mestras e doutorandas, temos muito a dizer sobre como as nossas trajetórias pessoais e acadêmicas entrelaçam-se às nossas histórias de luta, afeto e resistência. Somos mulheres diversas, porém, temos aspectos em comum, nosso “objeto de pesquisa” permeia nossas histórias de vida e, assim, caminhamos para mudar a antropologia brasileira.

Em concordância com a pesquisadora Patricia Hill Collins (2018), o conhecimento é controlado pelo homem branco da elite que valida o que são ou não conhecimentos acadêmicos. Assim, “outros conhecimentos produzidos por todos os outros que fogem dessa lógica não seriam legitimados como conhecimento [...] bem como as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, têm sido distorcidas e excluídas daquilo que é definido como conhecimento” (COLLINS, 2018, p. 139).

Nosso artigo busca apresentar três trajetórias acadêmicas de doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Antropólogas que ingressaram na academia por meio do sistema de ações afirmativas, ou seja, nossas vidas são marcadas pelos desafios e dificuldades de permanência e marginalização das nossas trajetórias na universidade; além da possibilidade de criar e vivenciar uma rede de apoio e afetividade mútua afro-indígena, algo de suma importância na construção de uma rede de apoio que permitiu continuarmos no ambiente acadêmico.

As biografias e histórias de vida, por muito tempo, foram utilizadas para explicar situações, comumente não explicadas. Esses estudos são mais comuns em romances e literaturas, e muitas vezes não recebem a devida atenção das ciências sociais, pois justamente lidam de forma particular com o indivíduo. Gonçalves, Marques e Cardoso (2012) tratam da noção de “etnobiografia” e como ela pode ser utilizada para transformar a vida em texto.

A etnobiografia aborda tensões, reflexões, dificuldades e desafios da narrativa, da subjetivação e de etnografias a partir das questões relacionadas às autorias de vida e às biografias. O conceito de etnobiografia permite pensar e problematizar questões de dualidade como a coletivo/indivíduo ou a cultura/sujeito, dentre outras.

Nesse sentido, a noção de “etnobiografia” baseia-se nas experiências individuais e nas percepções culturais, nas quais existe a possibilidade de refletir uma estrutura de narrativa em que se podem interligar dois aspectos; a subjetividade e a objetividade. A etnobiografia tem a possibilidade de transformar a vida em texto no modo como reflete as manifestações coletivas, os mundos socioculturais e as representações dos indivíduos. Dessa forma, o indivíduo pode ser pensado a partir de uma potência de individuação que permeia e tem acesso à cultura.

1. Nossos caminhos se entrelaçam através das Ações Afirmativas

Nós, os povos negras/os, indígenas e negras/os quilombolas viemos da tradição da coletividade, da ajuda mútua. Ao chegar à universidade, nos deparamos com um ambiente altamente individualista, racista, machista e sexista. O que nos resta é procurar por pessoas que se aproximam da nossa coletividade para formamos grupo de sobrevivência dentro do território acadêmico. Foi isso que aconteceu conosco no processo seletivo da Pós-Graduação da Antropologia Social da UFG, nossos corpos se conectaram e nos olhamos com o nosso próprio olhar. Daquele dia para frente nos tornamos uma rede de apoio, uma rede afro-indigen@fetiva (QUINTILIANO, 2019). Logo abaixo relatamos um pouco da nossa trajetória de vida e acadêmica, e suas exclusões.

1.1 Itê ampô kôt hacopxâ (minha visão como mehi por Letícia Jôkàhkwyj Krahô)

Sol ensinou para as mulheres-cabaças e elas repassaram para os seus filhos e os homens-croás. Envolvidos na rama que os relacionam entre si, esses homens compartilharam esse conhecimento (KRAHÔ PRUMKWYJ, 2017, p. 110).

O papel das mulheres nos contextos das aldeias do povo Krahô é muito importante, em especial, os seus conhecimentos originários sobre as histórias de vida desse povo. A história da estrela, Caxekwýj, reafirma o caráter matrilinear de Caxekwýj. Ela é ensinada aos Mehi

(indígena) pelos mais velhos das aldeias. Por anos o povo Krahô viveu de um lado para o outro até ocuparem, definitivamente, a Terra Indígena Krahôlândia, hoje, demarcada pelo Governo Federal.

Sou originária do povo Krahô, que se autodenomina Mehi, e a área T. I Kraolândia está localizada no município de Goiatins, estado do Tocantins (TO). Os primeiros contatos dos Krahô com a população de origem portuguesa aconteceram no final do século XVIII. Hábeis guerreiros, eles resistiram por muito tempo à invasão de seu território. No início do século XIX, uma de suas aldeias foi atacada por vinte soldados e cento e cinquenta voluntários paisanos. O povo Krahô, autodenominado Mehi, cuja língua falada é o Mehi, da família linguística Jê, do tronco Macro-Jê é também reconhecido como povo Timbira, conforme destaca Melatti (1978).

Isto se dá por conta do fato de que possuem dialetos comuns e práticas socioculturais semelhantes. O povo Timbira é constituído pelos seguintes povos indígenas: os Krahô e Apinajé, localizados no estado do Tocantins (TO); os Ramkokamekrá (conhecidos hoje como o povo Canela), os Apaniekrá (conhecidos também como Canela), os Krikati, os Gavião, localizados no Estado do Maranhão (MA), e também os Gavião, do Estado do Pará (PA).

Mesmo diante das distintas situações de imposição do não indígena sobre o povo Krahô, este não conseguiu retirar de nós os nossos traços culturais, os quais são muito marcantes na cultura Krahô, que é a manutenção e o fortalecimento cotidiano de boa parte de nossos ritos relacionados à memória, a vida social, econômica e espiritual. Isto apesar do seu longo período de contato com a sociedade dominante não indígena, desde as frentes de colonização, o povo indígena Krahô ainda mantém seus costumes, dentre eles o de contar histórias.

Na aldeia a vida é muito simples e calma. Nós não estamos preocupados com nada. Se tem roça plantada, se tem aula na escola, se tem história sendo contada, se tem música, as crianças passam o dia brincando e tomando banho no rio e só vão para casa quando estão com fome ou os pais vão buscar brigando com eles. Nossas aldeias são de formato circular, o que compreendemos a partir da narrativa que conta que foi o Sol que deu a estrutura física para o povo Mehi. Conta a história que o Sol desceu até a Terra e organizou a aldeia nesse formato considerando o seu próprio formato circular.

As várias narrativas, por mim ouvidas desde a minha infância, a saber: A lua (Pytwyrê), perpassando a criação e formação dos primeiros Mehi. Que, como o rôpin, o

compadre Pytwýrê, não mudava o seu comportamento, Amcrô, o Sol, o chamou para uma conversa séria! Assim disse o Amcrô: – Temos que voltar para o céu – cojkwa, porque não podemos ficar mais aqui na terra – pjê. Assim se deu a nossa origem.

Na aldeia tudo é na prática, nós aprendemos a subir no pé da bacaba, palmeira muito alta que precisa de muita técnica para se retirar os frutos, que ficam presos a um cacho no alto do pé. A tirar o jenipapo para fazer as tintas que usamos para nos pintar; a ser corredora; tomar banho todos os dias, primeiro que os outros, pois segundo minha bisavó, a água está limpa; a comer pouco, afinal precisamos ser leves para fazer corridas; a saber quais comidas podem fazer mal, quando se tem um nenê, quais os cuidados com o corpo; quais os alimentos certos para não ter cabelos brancos, para não ter problemas na visão; ser uma boa esposa e saber cuidar dos filhos.

Aprendemos assim: sabemos fazer desenho no corpo, pintar, cortar o cabelo do jeito Krahô. Só quem corta o cabelo das pessoas é a mulher mais velha que não menstrua mais, uma mulher nova não pode cortar o cabelo de ninguém. Então nossa vivência na aldeia é assim, a história da minha família não foi fácil, é uma história de muita luta e resistência mesmo, pois na época não tinha nenhum órgão de apoio e o acesso à cidade era difícil e não tinha escola nas aldeias. Mesmo com tudo isso minha mãe se interessou por estudar e assim leva essa vida de estudante indígena, sendo, hoje, professora. Minha mãe é professora, meu pai era cacique e professor. Nasci na aldeia Galheiro e com quatro anos mudamos para aldeia Nova Krintuw.

Desde então cresci com outras ahkrajrê (crianças) ouvindo e aprendendo todos os hábitos, os princípios do povo Krahô. Sempre valorizei os conselhos que os pais davam. Comecei a estudar na aldeia tardiamente, mas logo fui estudar em um centro de treinamento só para os indígenas: Pinxwyj Hemejxá, em Carolina-MA. A Escola Timbira já vem sendo parcialmente implementada, e em forma experimental, em algumas das aldeias Timbira. Mas é fundamental o seu reconhecimento pelas instâncias governamentais responsáveis pela condução das políticas educacionais nas áreas indígenas. A importância deste reconhecimento não só por um direito adquirido, mas fundamentadamente por reforçar a identidade Timbira entre os seis povos, Krahô, Apinajé, Krikati, Pykobjê, Apãniekra e Ramkokamekra (LADEIRA, 2000).

Tive muito contato com outros parentes, estudamos por módulos, a gente ia para a aldeia e depois voltava, às vezes os professores iam nas aldeias fazer as atividades com a

gente, assim se passaram mais ou menos três anos, até que chegou o final do nosso curso no qual muitos meninos desistiram por alguns problemas. Eu continuei estudando. Na nossa formatura, foram todas as nossas famílias, era mais um dia importante para nós e nossa comunidade. Desde então não parei de estudar.

Depois do nono ano tive que mudar para a cidade de Goiatins a 70 km da Aldeia Nova, para terminar o ensino médio. Em Goiatins eu morava com minha irmã mais nova, os nossos pais moravam e trabalhavam na aldeia, todos os meses eles vinham nos visitar e ficar um tempo com a gente. Eu estudava à tarde, minha irmã estudava de manhã, era muito bom morar só nós duas, a gente nunca brigou por nada, fomos sempre amigas. No segundo ano comecei a estudar a noite, pois tinha que fazer algumas tarefas durante o dia, no último ano foi mais tranquilo e consegui terminar.

Em 2010, perdemos o nosso pai e não tive condições de fazer mais nada. Bom tempo depois fiz vestibular na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína, para o curso de História, e passei. Foi uma nova jornada na minha vida, morar longe de minha família, mas estava feliz por estar numa faculdade cursando História. Minha pesquisa tem a ver com as histórias de meu povo.

Passei dificuldades, mas isso não me impediu de me formar. No meu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em História na Universidade Federal de Tocantins (UFT), realizei estudos que descreveram alguns ritos e narrativas do meu povo Krahô. Com o meu pertencimento e origem de ser Mehi, pude trazer para o diálogo acadêmico as compreensões tradicionais face aos estudos adquiridos no Ensino Superior. Um dos desafios enfrentados por mim, agora, como pesquisadora antropóloga, é o de transformar o que aprendi, na oralidade, em escrita, que são as narrativas do meu povo.

Nós, Krahô, acreditamos que as histórias que deram origem ao nosso povo são “verdadeiras”, uma vez que as vivemos por meio dos saberes da tradição oral e da manifestação dos diversos ritos que dão origem e vida a esse povo. Gosto muito de ouvir as histórias dos mais velhos, fazer pergunta para eles. Temos dificuldades em nos manter na vida acadêmica, por vários motivos: os financeiros, as saudades da família e por sofrer preconceito. Mesmo assim, nós, mehi, que temos interesse em representar a comunidade e a cultura não pensamos duas vezes em deixar à comunidade e ir viver com os cupês (não indígena) na cidade.

A faculdade, como esfera pública, aos poucos está aderindo às demandas de ingressos dos indígenas. Temos, entretanto, muito que conquistar ainda. Muitos desafios a enfrentar. Estar na universidade é lutar pelo direito indígena à escolarização. Aprendemos a ter uma visão diferente do comum. Isso nos abre espaço para novos desafios.

Ainda são poucos os espaços conquistados nas universidades. As oportunidades possíveis aos mehi não podem ser só oportunidades, devem servir para mostrarmos nossas culturas, nossos conhecimentos e aprendermos novos conhecimentos. Assim, ajudamos nossas comunidades que seguem em situação vulnerável por conta de conflitos com a sociedade dominante.

Como pertencente desta etnia indígena, um pouco isolada ainda aos olhos do não indígena, povo este que tenho orgulho, é gratificante ver toda minha família me apoiando, mesmo sentindo saudades de eu me afastar por causa de estudos. Faço parte de mais uma geração de mulheres fortes e guerreiras.

Como estudante e mulher indígena, tendo a língua portuguesa como segunda língua, a luta e a resistência estão armadas. Em um primeiro momento, estudar tendo que representar toda uma etnia já é uma grande responsabilidade e compromisso, desde então, nós indígenas temos dificuldades de ingressar nos cursos da pós, temos conhecimentos e experiências diferentes dos demais concorrentes, aos poucos as esferas públicas têm aderido a ferramentas que são para nós, as minorias, portanto. Lutamos para sermos reconhecidos pelos nossos conhecimentos como povos originários.

Outra questão é a permanência nas universidades. Para nós indígenas é muito mais difícil, pois somos criados em grupos, em família, desde nossos antepassados. Quando viemos para esse mundo totalmente solitário, individualista, eurocêntrico, capitalista, a nossa saúde mental não suporta tanta dificuldade e acabamos doentes. Por mais difícil que seja, sempre temos em mente que precisamos proteger nossos parentes que estão nas aldeias e que é de onde vem a nossa resistência. Em situações que vivemos nos dias atuais precisamos desses novos conhecimentos.

Quando ingressamos nas universidades, a princípio “temos apoio”, palavras, mas poucas vezes as pessoas se mobilizam para termos um acolhimento e muitas ferramentas não sabemos como manusear, como as plataformas nas redes remotas que são exigidas pelo sistema. Sofremos muito com isso, no meu caso, no decorrer do meu curso tive problemas ao tentar acessar essas ferramentas sem uma orientação adequada. A gente percebe a diferença

de acolhimento dessa sociedade dominante para a nossa comunidade. Em nove anos nas universidades percebi e aprendi que temos que lutar e resistir a tudo que sofremos todos os dias, mas também aprendemos a compartilhar nossos conhecimentos com nossos parentes que ingressam pelos mesmos motivos. Juntas/os somos mais fortes.

Nossas forças para resistir nesses espaços são grandes. Com todas as dificuldades e obstáculos, ocuparei esses espaços públicos aos quais temos todo o direito de ocupar e, assim, contarei com nossas redes de apoio, nossas amizades, que acabamos fazendo ao permanecer nas universidades.

1.2 “Eu tenho o direito de ocupar o território acadêmico” por Marta Quintiliano

Venho da “vila dos pretos”, “família do seu Olavo preto”, “Bairro dos Camarões” como por muitos anos fomos apelidados, e ainda somos, pelos de “dentro”. Sendo nós os de “fora”, os invasores. Ou melhor, expressando os “Outros”, pois é através do olhar do “outro”, o antropólogo, que a minha comunidade, juntamente com outras, foi reconhecida como quilombo. De acordo com Beatriz Nascimento (ORI, 1989) o surgimento dos primeiros quilombos foi a recusa de mulheres e homens em serem propriedade de outro homem.

Porém, vivemos em uma estrutura racista que impede a população negra a ascender socialmente. Sou filha de Maria Madalena que desde muito pequena trabalhou na roça e em seguida migrou para o trabalho doméstico, para ajudar na alimentação dos irmãos mais novos. Sempre ouvia da minha mãe que deveria estudar, pois ela não teve oportunidade, infelizmente não trago lembranças boas da escola primária, tampouco do ensino fundamental, porém, ao escolher se faria o ensino médio, ou profissionalizante, escolhi o magistério. No entanto, por conta da dupla jornada da escola e dos trabalhos domésticos, o tempo para estudo extra era bem escasso, pois chegava em casa muito cansada, morávamos muito longe.

Segui pensando que era importante ter uma formação para mudar a vida da minha família, a cor da pele me direcionava sempre para trabalhos braçais, mesmo sendo qualificada. Nunca desisti de entrar em uma Universidade Pública, tentei por diversas vezes, e em 2011 através do programa UFGInclui entrei no Curso de Comunicação Social – Relações Públicas com a expectativa que, ao final do curso, ingressaria no mercado de trabalho.

Aos poucos cada um/a que passava por mim não me deixava esquecer que eu era uma mulher preta e que não tinha condições de concorrer de igual para igual com os demais

estudantes que tinham condições financeiras, psicológicas, e, logo, estavam melhores qualificados para o mercado de trabalho. Às vezes chorava, mesmo sabendo que não adiantaria. Nós, mulheres negras, carregamos o estigma da “negra forte”. Enxugava as lágrimas e seguia com as sequelas psicológicas. É particularmente importante olhar para a vida psicológica e os efeitos materiais dessa construção branca da nossa raiva como um prelúdio para sua desconstrução (TATE, 2018, p. 185).

Nos livros de autores/as negros/as, compreendi alguns conceitos daquilo que sofria desde que nasci, o racismo estrutural. Isso explica o porquê da minha família – quando me refiro a família vou além da ideia de pai, mãe e irmão, incluo meus tios, tias, primos e primas – não mudar o *status* econômico, enquanto os brancos que nos cercavam conseguiam logo mudar a situação desfavorável.

Sinto-me como Mano Brown do Racionais Mcs, ao ouvir da sua mãe que deveria ser três vezes melhor. É assim que somos cobrados. Devemos ser melhores que os estudantes brancos, não há margem para o erro. E assim seguimos, aquelas/es que não desistem do sonho de graduar no curso desejado tem a trajetória marcada pela solidão, pela dor que não é ouvida pela instituição. Quando reclamamos dessa falta de “escuta” o que ouvimos é que a universidade não sabe lidar com isso. Como assim? Dez anos de ações afirmativas e não sabem lidar? Ou vivemos em uma instituição racista tal como outras que não compreendem e respeitam a diversidade pelo medo de que nós ocupemos os espaços que normalmente são deles, os brancos.

Em 2012, comecei uma pesquisa exaustiva para saber onde estavam os outros estudantes do programa UFGInclui, já que este reserva uma vaga extra em cada curso da UFG. Não tinha, porém, uma coordenadoria do programa, apenas seminários de avaliação a cada ano com o objetivo de avaliar de forma quantitativa o discente. Neste momento, éramos apenas um número que não saía das escalas baixas. Saí assustada dessa avaliação com medo de não atingir a média percorrida pelos professores. Mesmo assim fui atrás de alguns professores que marcavam comigo e não compareciam, que questionavam se eu sabia o que era o programa, a sua criação. Eram tantos questionamentos a respeito da minha falta de conhecimento que, ao longo da pesquisa, fui entendendo que a maioria das perguntas era para eu me ocupar respondendo e não questionar a falta de dados dos estudantes do programa UFGInclui.

Com o discurso de que os dados eram sigilosos, era impossível para uma aluna preta quilombola de graduação conseguir os dados para um quilombo universitário, porém, em 2013, há um ano para a finalização do meu curso, recebo um telefonema da Pró-Reitoria de Graduação me convidando para uma conversa. Senti raiva, disse que “não iria em reunião nenhuma, uma vez que a UFG nunca olhou para nós como sujeito, apenas como números”. Porém, para minha surpresa, o prof. Dr. Jean T. Baptista disse que estava aberto para ouvir as demandas dos estudantes do programa UFGInclui.

Foi uma grande roda de Cura, todos os estudantes presentes denunciaram o racismo, preconceito dentro da Instituição que nos impediam de seguir a graduação, que não era uma escolha individual, era da comunidade. Naquele dia, nos conectamos de tal maneira que formamos uma grande família que, depois de alguns anos, nomeei de rede afro-indígena@afetivas (QUINTILIANO, 2019).

Nas nossas rodas de conversas a Mirna Anaquiri sempre pontuava a necessidade de continuarmos a carreira acadêmica. Então, comecei a pensar na pós-graduação e fui atrás das informações necessárias para concorrer, porém, quando consegui um edital foi como um balde de água fria, pois, os requisitos eram impossíveis de cumprir por qualquer um de nós do programa UFGInclui. A prova em língua inglesa, o valor da inscrição, a bibliografia recomendada, o currículo lattes, só não desisti porque os amigos foram essenciais para eu não desanimar. Concordando com o antropólogo José Jorge de Carvalho (2001), a pós-graduação é um funil que poucos conseguem passar, é uma bolha que é difícil de perfurar, ainda mais para nós estudantes de escola pública, de comunidade, de pais analfabetos (nos códigos da academia).

Na pós-graduação, as mudanças ainda são lentas, porém, alguns programas são provocados pelos estudantes cotistas e por outros que entendem a importância da bolsa para a nossa permanência no espaço acadêmico. A maioria dos estudantes cotistas vem de uma realidade social que difere da maioria dos que querem seguir a carreira acadêmica. Não somos filhos de pessoas que contêm o capital econômico, na maioria das vezes contribuimos financeiramente com a nossa família. Por isso, é importante seguir a carreira acadêmica e ocupar o território acadêmico, não para sermos iguais, mas, sim, para mostramos a existência de outras epistemologias que estão calcadas na coletividade e na afetividade.

1.3 Experiência maternal negra na universidade por Vanessa Fonte

As pesquisas que abordam as temáticas das mulheres negras, negras quilombolas e indígenas vêm obtendo grandes proporções nos estudos das áreas das ciências sociais. Dessa forma, percebe-se a ampliação de reflexões e debates interseccionais que demonstram as diversas relações entre gêneros, sexualidades, classes, gerações, etnias, e outras categorias.

Muitos estudos se desdobraram através de uma perspectiva de valorização da igualdade e de estímulo ao respeito e ao reconhecimento sociocultural dessas mulheres. No entanto, existem estudos que discutem as demandas das mulheres negras, indígenas e negras quilombolas como um recorte do movimento “feminista” branco.

Sendo assim, é necessário destacar que muitas demandas e pautas formuladas por movimentos de mulheres não negras, não se enquadram na realidade das mulheres negras ou indígenas. A autora Conceição Evaristo (2005) pontua que as mulheres negras sempre utilizaram sua mão de obra, ficando mais fixas ao lar, ao contrário do discurso das mulheres brancas que se viabilizaram para se desprenderem do lar e se moverem ao mercado de trabalho.

Ao observar os processos históricos brasileiros, nota-se que as mulheres negras apresentaram várias formas de resistência, muitas vezes sozinhas e são grandes responsáveis pela sobrevivência de seus familiares. No período escravocrata, trabalhavam sem descanso e após a abolição, se viram obrigadas a trabalhar nas ruas vendendo iguarias e comidas, além disso, desempenharam atividades que se relacionam ao serviço doméstico, baseadas no ‘cuidar’ e o ‘servir’ o outro.

Atualmente, percebe-se o comprometimento de intelectuais negras/os quilombolas, negras e indígenas que sistematizam críticas às formulações que não levam em consideração as questões raciais, geracionais, classistas, étnicas etc. Portanto, pontuo:

Hoje não queremos estudos que tratem nossas lutas e demandas apenas como um recorte feminista. Não somos um recorte, somos MULHERES e possuímos demandas pessoais e coletivas das nossas comunidades. Sempre quando apresento minha proposta de pesquisa do doutorado e a pesquisa de mestrado sobre o desejo, o querer ser mãe e poder estar onde quiser com os filhos, muitas mulheres brancas me criticam dizendo que romantizo a maternidade, acham que eu defendo a “maternidade compulsória”. Mas não é isso. Elas não fazem esforço para compreender o que quero dizer! (QUINTILIANO; KRAHÓ, 2019).

O debate acerca da maternidade negra discorre em vários âmbitos, inclusive através da discussão do corpo negro racializado. Lélia González (1984) aponta para o despertamento das mulheres negras, justamente porque em determinados momentos as mulheres negras são retratadas como objeto sexual (mulata) ou como uma mulher forte e disposta (doméstica), responsável pelos serviços de cuidado familiar e do ambiente doméstico.

Dessa forma, destaco que no Brasil as mulheres negras não vivenciaram de fato a maternidade. Essas vivências foram retiradas quando as mulheres negras escravizadas eram afastadas de suas crianças, para amamentar, prestar auxílio e cuidar dos filhos das “sinhas”, enquanto suas crias eram retiradas de seus colos e vendidas como mercadoria.

Cento e trinta e dois anos após a abolição da escravidão, essas questões ainda repercutem. Ao observarmos a realidade brasileira, identificamos que a maior parte das babás e das empregadas domésticas são mulheres negras que, muitas vezes, para sobreviver, deixam seus filhos em casa para cuidar das crianças da classe média branca brasileira.

Dessa forma, destaco a importância de discutir o indesejo ou o desejo de vivenciar a maternidade pelas mulheres negras quilombolas, negras e indígenas. É nesse ponto que atuo como pesquisadora e cientista social. Minhas pesquisas não se desenrolaram apenas pela minha biografia, e sim por inúmeras discussões de mulheres pretas, que enfrentam o mundo para legitimar suas experiências de vida.

Nasci no estado de Goiás, descendente de uma família de negros e indígenas, cresci em um dos setores mais periféricos de Goiânia. Meus pais não tiveram a oportunidade de estudar e cresceram na fazenda no interior do estado, sendo assim, nossa infância e adolescência foi marcada por grandes dificuldades.

Eu e meus irmãos estudamos e trabalhamos e nesse ritmo minha irmã ingressou no curso de Artes Cênicas, na Universidade Federal de Goiás. Em seguida, no ano de 2012, matriculei-me em licenciatura em Ciências Sociais também na UFG. Minha trajetória acadêmica foi marcada por dificuldades em conciliar estudo e trabalho, além dos processos de inferiorização formulados e estabelecidos pelo racismo.

Nesse caminho, no ano de 2015, na reta final da graduação, engravidei. O processo gestacional articulado com os estudos não foi tão complexo, apesar dos inúmeros comentários preconceituosos que foram a mim deferidos nos corredores, no estágio e até ao fim da graduação. Minha gravidez e após o nascimento da minha filha foram momentos marcados

por dificuldades no âmbito universitário e social, porém, encontrei auxílio em um projeto social.

O projeto Meninas de Luz, desenvolvido em Goiânia, pela Organização de Voluntárias do Estado de Goiás – OVG, tem por objetivo prestar atendimento às jovens de 12 a 21 anos, grávidas e após o nascimento de sua criança. A abordagem presente no projeto me inferiu inúmeros questionamentos. Após o nascimento da minha filha, concluí a graduação e ingressei no Mestrado em Antropologia Social, na Universidade Federal de Goiás, com a pesquisa sobre gravidez na adolescência.

A pós-graduação não é um caminho fácil, pelo contrário, apresenta inúmeros obstáculos e dificuldades. Ênfase principalmente os alunos das ações afirmativas, e vou além quando trago minha experiência maternal articulada ao sistema universitário. O processo é doloroso, minha filha esteve comigo em todos esses momentos ativamente, participou de seminários, provas, oficinas, apresentações, ocupações, processo seletivo, colação de grau, disciplinas, viagens aos eventos, qualificação, defesa etc.

Dessa forma, meu interesse em pesquisar as experiências das mães negras na universidade é imenso. Ao realizar uma pesquisa básica sobre a evasão escolar das mães universitárias negras, constatei que os dados são inexistentes. Cotidianamente percebe-se que a grande maioria das mulheres depara-se com dificuldades para acessar e permanecer em espaços acadêmicos.

Existe uma grande evasão, porém, não é contactada, e não é objeto de estudo, justamente por que a presença da mulher negra/indígena/negra quilombola e da criança nesses espaços é inadequada socialmente. Por meio de minha experiência reconheço que as redes de ensino não estão preparadas para receber as mães, por conta da estrutura física e das grades de horários que não contemplam a maternidade e ou a amamentação.

Os espaços físicos das instituições influenciam no aprendizado, existem diferentes necessidades das pessoas que frequentam os ambientes coletivos. Se o espaço é público, por que não contempla as necessidades de uma mãe universitária? Existem inúmeras histórias de mulheres e mães negras que por vários fatores não conseguem continuar os estudos. Nós temos que abraçar a causa da maternidade negra/indígena/ negra quilombola.

Caso encontre uma mãe na escola, universidade, curso ou em qualquer ambiente de aprendizado, buscando conhecimento, abrace essa mulher, pergunte se precisa de ajuda,

apoie, porque estudar é um ato de resistência e luta, e digo mais, não é apenas por ela, é por suas ancestrais, pelos seus filhos, pelo seu povo. Ser mãe é um ato político!

2. As redes como ferramentas de luta

Existem inúmeros obstáculos em relação à permanência de alunos e alunas das ações afirmativas, um deles gira em torno da situação econômica. Uma parte dos estudantes da pós-graduação recebe financiamento em suas pesquisas, esse valor é de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para o mestrado e R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para o doutorado. As bolsas são financiadas pelas seguintes instituições: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e no estado de Goiás a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG e Coordenadoria de Ações Afirmativas CAAF-UFG.

Cada programa de pós-graduação institui seu edital próprio para a concessão de bolsas, em alguns casos priorizam a situação da demanda social através de critérios socioeconômicos, porém, a maioria das pós-graduações opta pelos primeiros lugares no processo seletivo. Nesse ponto, nem todos os alunos de ações afirmativas recebem esse auxílio, dificultando a permanência na pós-graduação, já que necessitam trabalhar para arcar com as despesas.

O coletivo dos estudantes cotistas da pós-graduação da UFG vem discutindo através de seminários, reuniões com coordenação das pós-graduações, com a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF/UFG) e apoiadores, nossas dificuldades em entrar, permanecer e sair da universidade. As ações afirmativas da forma que estão não são suficientes para a inserção e permanência dos candidatos indígenas, negros e negros quilombolas, lembrando que o último grupo não é contemplado pelas ações afirmativas por acreditarem que a categoria negro abarca os negros quilombolas. Devemos nos posicionar contra isso, pois não abarca, nós temos as nossas especificidades.

Deve-se levar em consideração os conhecimentos que estes sujeitos trazem consigo em seus corpos (não se dissocia o corpo da mente), porém, na academia, na maioria das vezes, prevalece a lógica de um conhecimento deslocado da realidade vivenciada por nós. Discute-se muito a interculturalidade e a decolonialidade, mas, na prática, o que prevalece nas provas, na sala de aula, é o conhecimento eurocêntrico.

De acordo com Catherine Walsh (2009), desde os anos 90, a América Latina vem discutindo sobre a importância de respeitar as existências de outros saberes, tais como dos afrodescendentes e indígenas e outros povos. Sendo assim, o conceito interculturalidade foi desenvolvido por pensadores e pelos movimentos sociais que buscavam por uma educação que respeite a diversidade de conhecimentos, língua e cultura.. É necessário, porém, pensar na interculturalidade crítica como nos aponta a pesquisadora Catherine Walsh:

Com essa perspectiva, não partimos do problema da diversidade ou da diferença em si, mas do problema estrutural-colonial-racial. Em outras palavras, um reconhecimento de que a diferença se constrói dentro de uma estrutura colonial e matriz de poder racializado e hierárquico, com brancos e "embranquecidos" no topo e indígenas e afrodescendentes na base. Nessa posição, a interculturalidade é entendida como ferramenta, como processo e projeto que se constrói a partir do povo - e como demanda dos subalternos-, em contraposição ao funcional, que se exerce de cima. É subjacente e requer a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção de condições de ser, ser, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver de forma diferente. (WASLH, 2009, p. 4, tradução da autora).

Nessa perspectiva, as redes constituídas na pós-graduação são ferramentas de resistência nas Universidades. Nós, estudantes, trocamos dúvidas, alegrias, tristezas, angústias, sensações que afloram nessa caminhada de escrita coletiva, pinturas corporais, tranças, turbantes, oficinas de cura. Isso nos ajuda a demarcar território e, assim como a pesquisadora indígena Célia Xacriabá (2018) afirma, somos a cura do território acadêmico que sempre esteve doente ao compreender a existência de apenas um conhecimento, o eurocêntrico.

É necessário problematizarmos a branquitude em todos os setores da instituição. É a partir desses setores que são constituídas políticas públicas para nós, que nem sempre somos ouvidos e na maioria das vezes temos que forçar uma escuta. O coletivo de estudantes cotistas na Pós-Graduação da Antropologia Social, em conversa com a coordenação de 2018, conseguiu garantir um edital inclusivo.

Nele, para os indígenas, a língua estrangeira para a prova de idiomas é o português, já que é a segunda língua; para candidatos que prestam o processo seletivo e optam pelas ações afirmativas, a taxa de inscrição é isenta. Em relação a permanência que é de suma importância, pois trata-se de iniciativas da universidade e do governo para que o aluno, principalmente aqueles com vulnerabilidade social, tenham condições asseguradas de realizar os seus estudos sem evadir, há bolsa moradia, de iniciação científica e emergencial. No caso da pós-graduação, uma das bolsas é a da coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), há editais para se concorrer a bolsas mais inclusivas, pensando-se no novo perfil socioeconômicos dos alunos que estão adentrado a pós-graduação na Antropologia Social, onde há salas de estudo; sala das mães acadêmicas e adoção de bibliografia de autores indígenas, negras/as e negros/as quilombolas.

É necessário, porém, que todos os 81 cursos de pós-graduação compreendam a pluralidade de saberes que existe na UFG. Nas salas de aulas e corredores, alunos de diferentes culturas desenvolvem pesquisa nessa instituição. Isso contribui não apenas para a nossa formação, mas também de todos os profissionais que se formam pela Instituição. Temos a certeza de que os estudantes que esbarraram conosco, na pós-graduação, não saíram os mesmos, houve trocas de saberes que enriqueceram ambos, cotistas e não cotistas.

Figura 1 – Defesa de Mestrado.



Fonte: Arquivo das autoras (2020).

Conhecemo-nos na pós-graduação, em uma turma de cerca de dezesseis alunos, com o mesmo objetivo: estudar Antropologia Social. Apesar das inúmeras diferenças da turma de mestrado de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, o Coletivo de cotistas na pós cresceu em vários aspectos, tivemos demandas atendidas, concluímos as disciplinas e defendemos nos prazos impostos, além disso, conseguimos a aprovação no doutorado conjuntamente.

Considerações finais

A oralidade, a memória, o corpo, o tempo, o espaço, a ação, a estrutura, a experiência, fazem parte do processo narrativo das nossas trajetórias. Dessa forma, destacamos a importância de dialogar com a etnobiografia, conceito que permite trabalhar com as experiências individuais e as percepções culturais, nas quais existe a possibilidade de se refletir sobre uma estrutura de narrativa em que se pode interligar subjetividade e objetividade.

Existe a possibilidade de transformar a vida em texto, de maneira que se refletem as manifestações coletivas, os mundos socioculturais e as representações dos indivíduos. Além disso, nossas experiências vivenciadas na universidade, por mais que se desenrolem por questões subjetivas, muitas vezes são compartilhadas por alunas e alunos das ações afirmativas.

O texto buscou compartilhar as trajetórias e as vivências de três doutorandas de Antropologia Social, justamente por considerarmos necessário dizer o que não é “dito”, mas, muitas vezes, sentido. Sentimentos que nos causam dores incomensuráveis.

É de extrema importância descrever os obstáculos enfrentados por comunidades indígenas, negras/os quilombolas e afrodescendentes no âmbito acadêmico. A ciência brasileira precisa compreender que o racismo é estrutural e permeia suas bases.

As formas de exclusão dentro dos espaços acontecem de forma natural e a branquitude não sente vergonha em colaborar com os processos de exclusão. É lógico que existe uma pequena parcela das pessoas que compreende essa estrutura e faz o contrário. É muito comum, em congressos, em rodas de conversas, em convites para aulas, em apresentações de trabalhos, os “outros” pesquisadores nos questionarem se é necessário trazer as nossas biografias para o texto. Seriam elas epistemologias?

Os questionamentos sobre nossas trajetórias parecem mais uma entrevista para construir as suas epistemologias “verdadeiras”, sem precisarem ir ao campo. Afinal, estamos vivendo uma conjuntura política em que o estado escancara a sua violência contra os povos das matas, rios e florestas, e questionamos: Cadê a maioria dos pesquisadores doutores no campo de luta?

É necessário questioná-los a respeito das pesquisas realizadas em nossas comunidades indígenas e negras quilombolas, uma vez que somos, a todo instante, questionadas quando voltamos para as nossas comunidades. Isso é tão desrespeitoso, ou melhor, dizendo, a

gentileza da maioria dos pesquisadores que estudam as comunidades (indígenas e negras quilombolas) só funciona quando estão necessitando de informação para construir conhecimentos que circulam apenas dentro da Universidade. Os retornos são raros, quase inexistentes para os territórios que tanto necessitam de um retorno viável para as lutas travadas contra os latifundiários e, muitas vezes, contra o estado.

Os conhecimentos devem circular em todos os espaços, é assim que se faz pesquisa. Os conhecimentos devem ser via de mão dupla. Nós mulheres indígenas, negras e negras quilombolas temos muito que escrever, que falar, pois “[...] existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir” (KILOMBA, 2019, p. 41).

Não se trata de um pedido para nos deixarmos falar, até porque os nossos corpos já gritam há mais de quinhentos anos, mas a cegueira conveniente do branco ignora. É como os nossos ancestrais vêm alertando há algum tempo; continuem nos matando e não terão como adiar a queda, não existe neoliberalismo que conseguirá mascarar a interculturalidade funcional.

Referências

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: *Pensamento Feminista: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREA, Célia Nunes. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103>. Acesso em: 23 mar. 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). *Mulheres no Mundo – etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: UFPB- JP, Idéia/Editora Universitária, 2005.

FONTE, Vanessa; QUINTILIANO, Marta; KRAHÔ, Letícia. Redes afro-indígenas: uma análise de trajetórias acadêmicas através de um olhar intercultural. In: *Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina – CIPAL*. Brasília. 4 jul. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso). (Não publicado).

GONZÁLEZ, Lélia. O racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

Dossiê Redes de Interaprendizagem: novas cartografias interculturais e algumas propostas de transformação

GONÇALVES, M.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Etnobiografia: esboços de um conceito. In: *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 9-18, 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação - Episódios de Racismo Cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAHÔ PRUMKWYJ, Creuza. Mulheres-cabaças. PISEAGRAMA. (Site). Belo Horizonte, número 11, p. 110-117, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/mulheres-cabacas/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MELATTI, Júlio César. *Ritos de uma tribo Timbira*. São Paulo: Ática, 1978.

ORI. Direção: Rachel Gerber. Textos e Narração Beatriz Nascimento. Produção Angra Filmes Fundação de Cinema Brasileiro. São Paulo, 1989. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>. Acesso em: 08 de abr. 2020.

QUINTILIANO, Marta. *Redes afro-indigenoafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação scicto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/2017_-_Marta.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas Universidades do Reino Unido. In: COSTA, Joaze Bernadino; GROSFUGUEL, Nelson; TORRES, Nelson Moldonado. *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: *Interculturalidad y Educación Intercultural*, organizado por el Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009. Disponível em: https://www.uchile.cl/documentos/interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural_150569_4_1923.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

Submetido em 02 de junho de 2020.

Aceito em 13 de outubro de 2020.

Publicado em 16 de outubro de 2020.